



## Índice

- 01** Aldeia Capoeira, Caucaia, Ceará: os Tapeba e a destruição do seu território tradicional
- 02** Reinaldo levará índios a Brasília pelo fim da briga por terras
- 03** Índio arqueiro contraria a própria natureza para tentar chegar ao Rio 2016
- 04** Governador convidou indígenas para subsecretaria em MS
- 05** Índios tomam empreendimento da Vale no Pará
- 06** Mato Grosso do Sul terá Superintendência de Assuntos Indígenas
- 07** Índio Kambeba garante vaga na seleção brasileira de tiro com arco
- 08** Projeto proíbe invasão de tendas ciganas
- 09** Morre Mãe Luza de Oxum
- 10** Secretaria da Igualdade Racial do Brasil é premiada por inovação na gestão pública federal
- 11** Série em tributo ao Marechal Rondon
- 12** Lagoa do Piató seca e deixa famílias sem renda
- 13** Vice-governadora destaca resgate de valores dos povos indígenas
- 14** Governo federal inicia compra de sementes de agricultores familiares
- 15** Ameaçados, Awá Guajá isolados aceitam contato no Maranhão



- 
- 16** Associação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) classifica o discurso antiindígena da ministra da Agricultura Kátia Abreu, em sua posse, de "neocolonizador, autoritário e etnocêntrico"
  - 17** Aulas da Educação Indígena da Unemat começam na segunda-feira (12)
  - 18** Acordo sobre Tapajós está próximo, diz Eletrobrás
  - 19** Livro Solidário vai chegar a comunidades quilombolas
  - 20** O desenvolvimentismo contra as minorias
  - 21** Mais uma decisão da justiça que pode acabar com a farra das demarcações da Funai: Estado de Mato Grosso é obrigado a pagar por área demarcada
  - 22** Agricultores ameaçados pela Funai são perseguidos pelo Ibama no Mato Grosso
  - 23** Ribeirinhos têm se destacado na produção agrícola em Uruaí
  - 24** Senado discute seguro-cheia para agricultores que enfrentam inundações no AM

**Aldeia Capoeira, Caucaia, Ceará: os Tapeba e a destruição do seu território tradicional**

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 08.01.2015

Tania Pacheco – Combate Racismo Ambiental



Já estamos tão acostumados com esse tipo de visão, que não deveria haver muito a acrescentar à foto acima ou às outras que a acompanham. Devastação, crateras no solo desmatado, água empoçada em meio à lama... Só que neste caso o que as imagens retratam é parte de uma Terra Indígena já demarcada. Uma área perto de Caucaia, no Ceará, onde fica a Aldeia Capoeira, dos Tapeba. E uma terra que, embora sem a documentação definitiva, já está em poder dos 'índios', pelo menos teoricamente.

Lá vivem cerca de 12 mil indígenas, como tantos e tantos outros neste Brasil aguardando que as autoridades resolvam cumprir as leis e respeitar a Constituição de 1988. Enquanto isso não se dá, a verdade é que eles continuam reféns de toda a sorte de pressões e degradações. A ponto de, em alguns casos, chegarem a colaborar com aqueles que desrespeitam seus direitos.

Assim, na foto acima a desolação é resultado da extração de materiais minerais, areia e barro

CONT.

que provavelmente serão empregados na construção civil. Na imediatamente abaixo, vemos um trecho no qual o desmatamento é recente e as crateras ainda não chegaram a ser cavadas.



As três próximas imagens nos mostram outro lado não menos violento da destruição: um riacho, afluente do rio Ceará, que está sendo sumariamente aterrado. A pequena barragem já está quase completada, o riacho interceptado pelo barro. Nas duas fotos seguintes, o lamaçal substituiu o que um dia foram as suas margens, certamente cobertas de mata ciliar.



Afluente do rio Ceará já quase que totalmente aterrado



Barro, lama, pedras: o que sobrou do riacho e suas margens



A visão da margem do outro lado do riacho

No Norte e no Centro-Oeste, são ruralistas, madeireiras, mineração e grandes projetos governamentais, começando pelas barragens e hidrelétricas, os que mais atingem os direitos dos povos indígenas. Neste Nordeste historicamente dividido, partilhado, às vezes quase que

CONT.



sucateado, muitos dirão que, onde o 'progresso' expulsa mesmo a população 'branca', para a indígena a situação não poderia ser melhor...

Essa 'naturalização' é inaceitável, tanto em relação aos não indígenas como a eles. Os Tapeba não podem continuar a ser encurralados e submetidos a tantas formas de sujeição, que acabem sendo levados ao intolerável: a participar da mercantilização da natureza e da destruição do território que é seu de direito, contribuindo para inviabilizar, eles próprios, a reconquista do seu modo de vida tradicional.

Que essa situação seja interrompida, investigada, e que os responsáveis por ela paguem por seus crimes, é o que devemos esperar e exigir!



## **Reinaldo levará índios a Brasília pelo fim da briga por terras**

SÍTIO DIPARIO DIGITAL, 08.01.2015

*Governador quer aumentar produtividade rural nas aldeias e inserir índios em festivais culturais*



Gestão de Reinaldo é a primeira a criar uma estrutura governamental para tratar da questão indígena (Foto: Victor Chileno)

Demonstrando disposição em lidar com uma das questões mais delicadas de Mato Grosso do Sul, o governador Reinaldo Azambuja (PSDB) levará índios a Brasília como forma de pressionar pelo fim da disputa por terras entre indígenas e fazendeiros. Ele está tentando marcar uma agenda com o ministro da Justiça José Eduardo Cardozo. "Não dá mais para empurrar essa questão", disse o governador na tarde desta quinta-feira, 8 de janeiro, na sua primeira reunião com lideranças indígenas, realizada na governadoria.

Para Reinaldo, a questão é complexa porque, no passado, o governo federal distribuiu a brancos títulos de terras que pertenciam a indígenas. Agora, o tucano está disposto a unir indígenas, fazendeiros e representantes do governo para exigir uma solução. A iniciativa de incluir os índios no diálogo com o governo federal foi elogiada. Irmão de Oziel Gabriel morto a tiro durante desocupação da Polícia Federal na Fazenda Buruti, em Sidrolândia, em 2013, o terena Elizur Gabriel, 43 anos, acredita que a união pode surtir efeitos.

"Tenho esperanças de que podem surgir bons frutos. Só não podemos ficar parados, temendo

CONT.



novos acontecimentos trágicos como aquele que tirou a vida do meu irmão e até hoje não foi esclarecido”, disse ele. A PF até hoje não chegou a uma conclusão sobre quem atirou em Oziel.

A área da fazenda Buruti e outras 30 propriedades são reivindicadas por índios como forma de ampliar a aldeia indígena Buriti. O governo já fez uma proposta de compra, mas os ruralistas não aceitam os valores oferecidos. Dessa forma, a tensão no local ainda não teve fim. “Em Brasília, vamos cobrar esta questão da Buriti. Não dá mais para esperar pela boa vontade (do governo)”, disse o governador.

Na gestão Reinaldo, os índios estarão inseridos no governo. Cada etnia poderá indicar um representante para o conselho que funcionará na Subsecretaria de Assuntos Indígenas, subordinada à Secretaria de Assistência Social, chefiada pela vice-governadora Roseane Modesto. Com índios por perto, o governo espera ouvi-los sobre suas reivindicações nas áreas de saúde, educação, segurança pública e outras.

Nesta primeira reunião, Reinaldo inclusive já apresentou sugestões melhorar as condições nas aldeias e ampliar a participação de indígenas em eventos patrocinados pelo Estado. O governador propôs, por exemplo, aumentar a produção rural nas aldeias como forma de atender a demanda interna por alimentos. “Cerca de 80% das frutas e verduras que se consomem no Estado vem de fora. Será que não conseguimos produzir nas aldeias?” Outra ideia é inserir apresentações indígenas em eventos culturais como o Festival da América do Sul.

A quantidade de índios que vivem no Estado é uma dúvida entre as próprias comunidades indígenas. O Conselho Aty Guassu divulga o número de 75 mil. Porém, Agnaldo Terena, sub-coordenador de assistência indígena de Campo Grande, sugeriu ao governador que faça um senso social indígena no Estado. “Peço ainda apoio para revitalizar nossa feira indígena”, clamou.

Presente ao evento, o procurador do Ministério Público Federal (MPF) Emerson Kalif disse que o governo acerta ao tratar diretamente com os índios, porém, sugeriu que o governo contrate um antropólogo para ajudar no diálogo com as comunidades. O procurador cobrou ainda que o governo do Estado leve a segurança pública às aldeias indígenas. Ele mencionou que o MPF chegou a mover ações solicitando que o Estado leve policiamento às aldeias.

A reunião em Brasília ainda não tem data marcada, porém, o governador prometeu divulgar publicamente a agenda assim que ela for confirmada.

## **Índio arqueiro contraria a própria natureza para tentar chegar ao Rio 2016**

SÍTIO IG, 08.01.2015

*Dream Braga, convocado para a seleção brasileira de tiro com arco, foge do perfil de outros atletas indígenas, avessos à rotina rígida de treinos das modalidades de alto rendimento*



Divulgação

Os momentos de maior alegria nos dias do pequeno Iagoara Kambeba eram aqueles em que ele passava enfurnado na mata ou então às margens do Rio Negro, no Amazonas, onde está localizada sua aldeia, da etnia dos kambebas. Nestes dias, sua única preocupação era caçar peixes e pequenos animais, usando o arco e flecha feitos com um pedaço de palmeira e uma corda. Mas Dream Braga (o nome não-indígena de Iagoara) não imaginava que algo tão corriqueiro em sua rotina pudesse transformá-lo em um atleta com chances de representar o Brasil nos Jogos Olímpicos de 2016, no Rio de Janeiro, no tiro com arco.

Só existe um problema: até bem pouco tempo atrás, Dream não fazia a menor ideia do que significava as Olimpíadas. Mas desde que teve seu talento descoberto graças ao projeto Arqueria Indígena, desenvolvido pela Fundação Amazonas Sustentável, o jovem kambeba, que

CONT.



acabou de completar 18 anos, começou a incorporar o sonho olímpico como um objetivo de vida. E a convocação para integrar a seleção brasileira de tiro com arco veio como um instrumento a mais para alcançar um feito inédito entre os índios brasileiros.

"Eu não tinha ideia de que tiro com arco era esporte olímpico e ou o que eram as Olimpíadas. Depois que eu entrei para o Projeto Arqueria, passei a conhecer mais e gostei bastante. Agora é treinar muito para alcançar este objetivo", diz o arqueiro, que começou a trabalhar com os demais integrantes da seleção brasileira na última segunda-feira (5), no centro de treinamento da CBTArco (Confederação Brasileira de Tiro com Arco), localizado em Maricá (RJ).

O que é Olimpíada?

O desconhecimento olímpico de Iagoara (que na língua kambeba significa "o Caçador") não é exclusividade dele. Segundo Marcia Lot, treinadora-chefe do projeto Arqueria Indígena e descobridora de Dream Braga, a realidade do esporte olímpico brasileiro passa longe das tribos amazônicas. "Ele [Dream] não conhecia nada e na verdade, os índios não têm a menor noção do que sejam as Olimpíadas. As aldeias todas não têm", disse Marcia, que ficou quase um ano viajando por quase todo o Amazonas, visitando 32 etnias atrás de talentos para o tiro com arco.

Nestas andanças pelas tribos, ela constatou até mesmo situações curiosas. "Certa vez, em uma tribo, conversava com o cacique. 'Que tal a gente ir para a Olimpíada com os índios? A gente traz ouro...' E ele virou e me disse: 'Homem branco leva ouro do índio. Agora, homem branco devolve ouro pra índio'", comentou a treinadora.

Mesmo com a falta de conhecimento dos valores olímpicos entre os índios, Marcia Lot conseguiu reunir uma equipe de 12 arqueiros, sendo que Dream foi o primeiro a ser escolhido. Todos passaram a treinar e conhecer os fundamentos do tiro com arco profissional na Vila Olímpica de Manaus. Mas poucos resistiram à dura rotina do esporte de alto rendimento.

"Dos 12 escolhidos do início do projeto, o Dream foi o único que nunca falou em desistir. A questão tem muito a ver com o próprio modo de viver dos índios. Vários não suportam a rotina dos treinos, eles têm um limite. Muitos dormem na hora do treino, não comem qualquer coisa e não gostam que mandem neles. Eles têm um espírito livre", disse Marcia. É justamente aí que Dream Braga se destaca dos demais.

"Ele é muito especial. Além da força física e concentração, ele é uma pessoa centrada. tem uma tranquilidade grande, não se envolve com frivolidades. Por ser um caçador, está acostumado a ficar cinco, seis, até oito horas caçando. Sempre foi interessado em aprender novas culturas, tem ótimo astral, é um menino aberto para mudanças", elogia a treinadora.

E as mudanças foram radicais para Dream Braga. A começar pelo seu próprio instrumento de trabalho. "Estranhei bastante o arco olímpico, muito mais pesado do que o arco que o arco que

CONT.



eu usava na aldeia. Tivemos muitas aulas de fundamento para conseguir pegar o jeito de atirar com ele. Agora é treinar para que eu consiga subir de nível”, disse o arqueiro.

E essa evolução pode terminar na equipe olímpica de tiro com arco do Brasil nas Olimpíadas de 2016? “Ainda tenho que passar por muitos campeonatos até chegar lá”, afirmou Dream. “Acho que ele está pronto para tentar este sonho. Acredito muito nele e seria a pessoa mais feliz do mundo se conseguisse esta vaga para o Rio 2016”, disse Marcia Lot.

**Governador convidou indígenas para subsecretaria em MS**

SÍTIO CORREIO DO ESTADO, 08.01.2015

*Lideranças irão discutir estruturação da Subsecretaria de Assuntos Indígenas*



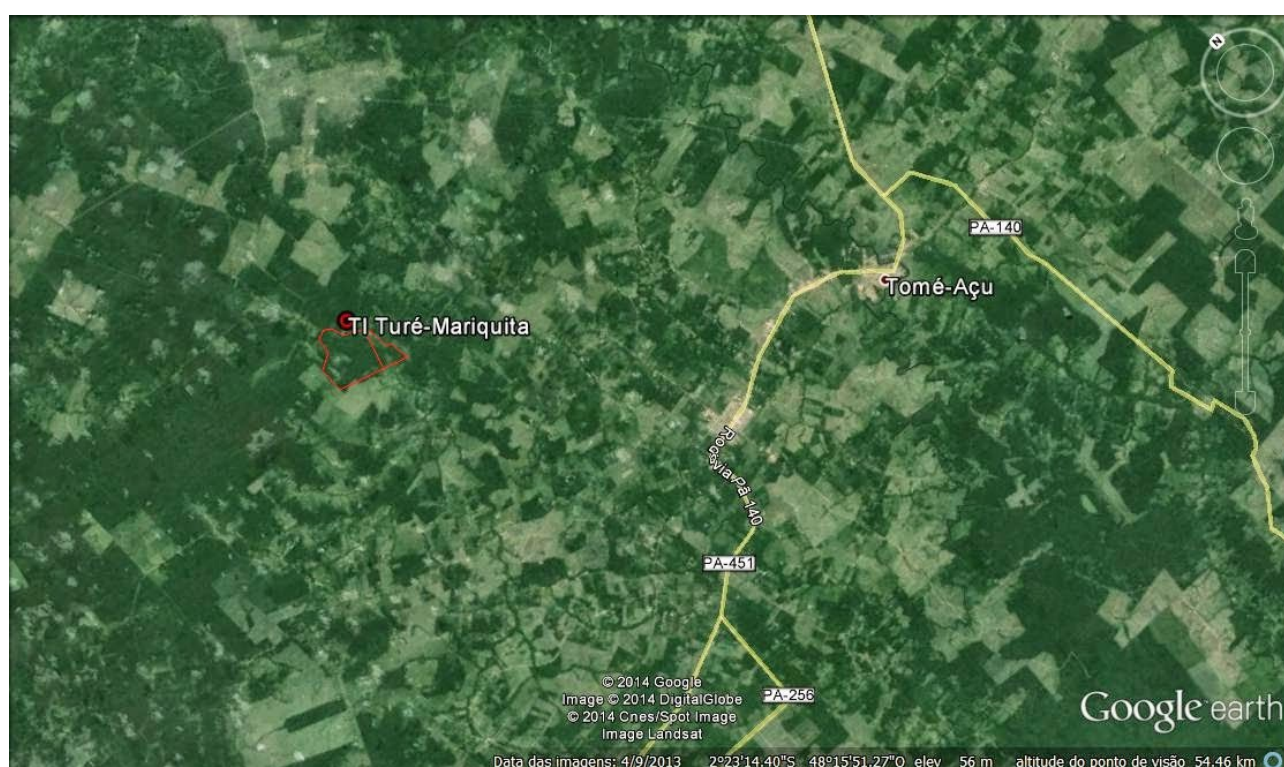
Reinaldo conversou com lideranças de etnias nesta tarde  
(Foto: Divulgação)

O governador Reinaldo Azambuja convidou, na tarde desta quinta-feira (8), lideranças de todas as etnias do Estado para discutir a estruturação da Subsecretaria de Assuntos Indígenas. Reinaldo lembrou que durante o pleito eleitoral recebeu inúmeras reivindicações sobre políticas públicas para indígenas e que catalogou todas as exigências em um documento que será repassado à vice-governadora Professora Rose, que também é secretária de Direitos Humanos, Assistência Social e Trabalho.

“Queremos oferecer a oportunidade de trabalhar junto de vocês dentro das comunidades indígenas, na saúde, na educação, na geração de emprego e renda, nos trabalhos culturais, na segurança e em todas as áreas”, disse o governador.

Todas as lideranças presentes na reunião agradeceram a iniciativa e se disseram satisfeitas com a iniciativa do governo. “A gente sempre esperou dos representantes do Estado esse tipo de diálogo. Agora, vemos que é possível”, falou o terena Clenivaldo Pires. “Agradecemos a oportunidade de os povos indígenas ajudarem a montar a equipe da superintendência que vai discutir o nosso futuro”, emendou Lindomar Ferreira.

**Índios tomam empreendimento da Vale no Pará**  
SÍTIO NOTÍCIAS AGRÍCOLAS, 08.01.2015



Cerca de 50 índios da etnia Tembé invadiram e saquearam no início da semana as instalações da empresa Biopalma, pertencente à Vale, no município de Tomé-Açu, nordeste do Pará. Por meio de nota, a empresa acusa os índios da terra indígena Turé-Mariquita de terem roubado bens da empresa e levado do local cinco veículos (três tratores e dois carros utilitários).

Estas manifestações dos indígenas estão ocorrendo desde o último dia 24 de dezembro, quando um cacique esteve no polo da Biopalma de Tomé-Açu e roubou um trator. A nota diz ainda que os índios, armados, retornaram ontem ao local e, “na tentativa de impedir as atividades, se apossaram de dois tratores e um rádio de telecomunicação”.

Posteriormente, no polo agrícola de Vera Cruz, no Acará, outro grupo atacou com uma flecha um veículo da Biopalma. Nenhum empregado se feriu. Após a ação, os índios retornaram para a aldeia, conduzindo os equipamentos.

CONT.



No total, foram roubados pelos indígenas nove veículos da Biopalma, um rádio de telecomunicação e um celular pessoal de um empregado. "A mesma ação de apropriação de veículos e materiais da empresa já havia sido realizada pelos mesmos indígenas em outubro de 2014 quando, por decisão obtida em liminar de reintegração, a Biopalma conseguiu reaver os bens, com apoio judiciário e policial", observa a empresa.

De acordo com a nota, a Biopalma repudia este tipo de ação que coloca em risco a integridade física de seus empregados e prestadores de serviços. A empresa registrou boletim de ocorrência para as devidas providências legais.

Segundo os líderes indígenas, a Agropalma, uma das empresas que compõem o empreendimento da Vale, não teria cumprido sua parte no acordo em relação ao impacto nas áreas desmatadas, como o não reflorestamento e a não redução dos agrotóxicos. A Biopalma, por meio de nota, nega as acusações. Ela também nega que tenha atividades dentro da área onde vivem os índios.

A ação dos tembés começou ainda na tarde de terça-feira, com a interdição de estradas que davam acesso à sede da Biopalma seguida da invasão do prédio. "Nós chegamos a nos reunir algumas vezes no ano passado, mas desde novembro a empresa e a Funai não nos dão resposta. Estamos todos revoltados. Queremos ser recebidos para discutir essa situação", acrescentou o cacique Porangati Tembê, uma das lideranças da ação.

Por fim, a Biopalma diz que desde novembro passado tem realizado reuniões com a Funai e Ministério Público Federal para que situações como estas não voltem a ocorrer. A empresa reforça que mantém sua "firme disponibilidade para o diálogo", sempre através da mediação da Funai.

Fonte: Questão Indígena

**Mato Grosso do Sul terá Superintendência de Assuntos Indígenas**  
SÍTIO QUESTÃO INDÍGENA, 08.01.2015



Em um momento histórico em Mato Grosso do Sul o Governador Reinaldo Azambuja recebeu pessoal lideranças indígenas de todas as etnias do estado juntamente com integrantes do governo na tarde desta quinta-feira. O Azambuja anunciou a criação da Superintendência de Assuntos Indígenas ligada à Secretaria de Direitos Humanos, Assistência Social e Trabalho comandada pela vice-governadora Rose Modesto.

O governador pediu às lideranças indígena que cada etnia indique um representante para compor a Superintendência. A intenção do Governo do estado é criar uma linha de diálogo direta com os índios sem a intermediação das organizações indigenistas.

Os índios que estão presentes na reunião parabenizaram a atitude de Reinaldo Azambuja por falar diretamente com eles. Um documento entregue pelas lideranças pede fim do conflito fundiário, saúde, educação e segurança.



---

**Índio Kambeba garante vaga na seleção brasileira de tiro com arco**

SÍTIO QUESTÃO INDÍGENA, 08.01.2015

O terceiro lugar no Campeonato Brasileiro vaga na seleção brasileira de tiro com arco ao índio Iagoara Kambeba, o Dream Braga, como é conhecido entre os atletas. Aos 18 anos, o jovem indígena foi o principal destaque dos garotos trazidos da Amazônia para disputar competições no Rio de Janeiro no ano passado.

Após o bom resultado, Dream Braga ficou 10 dias em treinamento com Renzo Ruele, técnico da seleção brasileira, e foi confirmado como integrante da equipe para a atual temporada no último dia 15 de dezembro. Os treinos com a elite do tiro com arco do Brasil começam na próxima segunda-feira na Força Aérea Brasileira (FAB), no Rio.

Antes de integrar a seleção brasileira, Dream Braga fazia parte do projeto Arquearia Indígena, da Fundação Amazonas Sustentável (FAS) ao lado de outros sete atletas de tribos indígenas na Vila Olímpica, em Manaus. O treinador Roberval dos Santos, elogiou os atletas na época do Campeonato Brasileiro, se demonstrando surpreso pela evolução dos índios em apenas um ano no tiro com arco.

"Para eles teve a dificuldade de se adaptar, ficar longe de casa, ir para uma cidade grande por muito tempo. Eles são muito dispostos. Eles têm essa vontade grande de crescer no esporte. É uma oportunidade de vida para eles, que estão entendendo isso. Seja nos estudos ou no esporte. Está andando muito bem", disse Roberval.

Fica aqui a torcida da equipe do #QI pelo Garoto.

## **Projeto proíbe invasão de tendas ciganas**

SÍTIO CENÁRIO MT, 08.01.2015

Em análise na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei 7774/14, da deputada Erika Kokay (PT-DF), proíbe a violação de tendas ciganas. Segundo o texto, qualquer indivíduo que entrar nesse tipo de tenda sem autorização do proprietário, ainda que seja policial, terá a mesma punição prevista no Código Penal para invasão de domicílio.



Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados

Pelo projeto, as tendas que servem de moradia para ciganos devem ser consideradas como domicílio e, por isso, a sua inviolabilidade deve ser garantida de acordo com a Constituição Federal, que define casa como asilo inviolável do indivíduo.

A autora ressalta que o Código Penal considerada "casa" qualquer compartimento habitado; aposento ocupado de habitação coletiva; e compartimento não aberto ao público, onde alguém exerce profissão ou atividade.

A pena para invasão de domicílio previsto no Código Penal é de detenção de um a três meses, ou multa. Em caso de uso de violência, a pena é ampliada para detenção de seis meses a dois anos, além da pena correspondente à violência.

Para a deputada Erika Kokay, a violação das tendas de ciganos configura desrespeito aos direitos humanos e descumprimento de preceito constitucional, merecendo condenação. "É importante destacar que a tenda é o próprio ambiente de vida do cigano".

Ela acrescenta que as autoridades de segurança pública devem adotar condutas compatíveis com o modo de vida dos ciganos, respeitando seus direitos básicos. "A proposta pode parecer desnecessária em função das prescrições legais já existentes, mas por continuarem a ser ignoradas, faz com que se torne necessária a edição de uma lei específica sobre a matéria".

### **Tramitação**

A proposta será analisada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, inclusive quanto ao mérito, e pelo Plenário da Câmara.



### **Morre Mãe Luza de Oxum**

SÍTIO SEPPIR, 09.01.2015

*Liderança, que teve participação importante na formulação de políticas públicas para as comunidades de matriz africana, faleceu na manhã desta sexta-feira, em São Luís do Maranhão*

Na passagem de Mãe Luza de Oxum, nesta sexta-feira (09/01), em São Luís-MA, a equipe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (SEPPIR/PR), presta justas homenagens a esta importante liderança do Maranhão, carinhosamente conhecida por Iya Luza.

Nascida em 1951, Luzimar Brandão, Iya Luza de Oxum ou Iya Luza, muito contribuiu para a formulação de políticas públicas específicas para os Povos Tradicionais de Matriz Africana, tanto no seu Estado como em âmbito Federal. Atualmente, ela coordenava a Rede de Religiões Afro-brasileiras e Saúde do Maranhão (Renafro/MA).

Aos seus familiares e amigos, a equipe da SEPPIR/PR deseja força, luz e o conforto de saber que o legado de Iya Luza terá continuidade no trabalho de todos e todas que com ela conviveram, compartilhando de sua sabedoria ancestral.

Por ocasião do II Encontro Estadual de Mulheres Negras e Comunidades Tradicionais, realizado em novembro de 2014, em São Luís, Iya Luza declarou: "O combate a essa violência velada e gratuita é um desafio que devemos enfrentar dia a dia. É nosso compromisso enquanto mulheres de axé, negras, trabalhadoras, suscitar a discussão de políticas públicas direcionadas aos movimentos sociais. Os gestores devem ter um olhar mais atento as nossas reivindicações e necessidades para minimizar esse flagelo histórico". O tema central do encontro foi 'Diálogo das Organizações de Mulheres Negras do Maranhão: avanços e desafios com foco em Durban'.

## **Secretaria da Igualdade Racial do Brasil é premiada por inovação na gestão pública federal**

SÍTIO BONDE, 09.01.2015

*Projeto de Integração de Dados do Programa Brasil Quilombola é premiado pela Escola Nacional de Administração Pública (Enap)*

O Projeto de Integração de Dados do Programa Brasil Quilombola foi premiado no 19º Concurso Inovação na Gestão Pública Federal, promovido pela Escola Nacional de Administração Pública (Enap) para reconhecer e disseminar soluções inovadoras em organizações do Governo Federal e estimular a geração de iniciativas criativas e inovadoras de gestão nos órgãos públicos, contribuindo para aumentar a eficiência e a eficácia das operações do Estado brasileiro.

Além do projeto da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), outros nove projetos foram selecionados e a classificação final dos vencedores e os prêmios serão anunciados na solenidade de premiação, prevista para março, quando as equipes terão a oportunidade de apresentar as práticas ao público. Os responsáveis pelas iniciativas mais bem colocadas na classificação serão contemplados com visitas técnicas à França, Noruega e Canadá, países que apoiam a iniciativa da Enap.

O Projeto de Integração de Dados do Programa Brasil Quilombola foi uma das ferramentas desenvolvidas por meio do projeto Quilombos Sustentáveis, uma parceria entre a Seppir, a Fundação Ford e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O projeto contempla, de um lado, uma reivindicação dos movimentos sociais por maior transparência na gestão do PBQ; de outro lado, uma necessidade gerencial de produzir informações articuladas sobre os territórios e comunidades, promovendo maior eficácia nas ações implementadas.



O Projeto de Integração de dados do PBQ busca, entre outros objetivos, a análise dos territórios quilombolas (Jean Marconi/CC/ONU)

CONT.



De acordo com o gestor da Secretaria Executiva da Seppir, Artur Sinimbu, o Projeto preenche uma lacuna e oferece uma visão panorâmica das entregas do governo e do perfil das comunidades. "Antes do sistema, os dados relacionados à pauta quilombola existiam, mas de forma pulverizada. Hoje o sistema permite um alto nível de integração desses dados, que passam a dialogar entre si de maneira a produzir resultados efetivos, como o mapeamento de carências e de oportunidades de aplicação das políticas públicas", explica.

Além de padronizar formatos e promover a integração de bancos de dados, o projeto também está colaborando para o desenvolvimento de uma plataforma eletrônica denominada Sistema de Monitoramento do Programa Brasil Quilombola (PBQ). O Sistema disponibiliza, de forma didática, amigável e interativa, informação de políticas estratégicas para a promoção da pauta quilombola.

**Série em tributo ao Marechal Rondon**

SÍTIO O TEMPO, 09.01.2015

*"Rondon – O Grande Chefe" narra a vida e a obra do sertanista brasileiro*

Da redação



Rui Ricardo Diaz protagoniza a nova produção do Canal Brasil

No dia 5 de maio de 2015, o sertanista e militar brasileiro marechal Cândido Mariano da Silva Rondon completaria 150 anos. Para celebrar a efeméride, o Canal Brasil estreia, na próxima segunda-feira (12), às 20h30, a série "Rondon – O Grande Chefe", que narra fatos e episódios da vida e da obra deste personagem da história brasileira.

Em cinco capítulos, a produção será exibida sempre às segundas-feiras, às 20h30. Estruturada em um formato que mistura documentário com ficção, "Rondon – O Grande Chefe" é assinada

CONT.



por Marcelo Santiago. Protagonista de “Lula – O Filho do Brasil”, o ator Rui Ricardo Diaz interpreta Marechal Rondon.

Nascido no Mato Grosso, Cândido Rondon percorreu muitas terras e fez contato com diversos grupos indígenas, ao desbravar o oeste do país. Sob o lema “morrer, se preciso for; matar, nunca”, o líder foi grande idealista e responsável por uma convivência pacífica entre nativos e brancos no Brasil. À frente da expansão das linhas telegráficas na chamada Comissão Rondon, o que permitiu que algumas regiões do país saíssem de um total isolamento, Rondon foi nomeado presidente de um serviço de proteção aos índios. No ano de 1957, teve reconhecimento por sua atuação e foi indicado ao Prêmio Nobel da Paz.

A atração, produzida por Luiz Carlos Barreto e Rodrigo Piovezan, conta também com depoimentos de historiadores, pesquisadores e parentes do próprio retratado.

As cenas de ficção se misturam a trechos documentais mostrando também a mudança de algumas paisagens ao longo dos anos. Além de narrar a trajetória de Rondon, o projeto ainda difunde as conquistas e valores do Centro-Oeste, com imagens de lugares como Mimoso, no Mato Grosso, onde se encontra o Memorial Rondon.

**Lagoa do Piató seca e deixa famílias sem renda**

SÍTIO BLOG DO LUCIANO SEIXAS, 09.01.2015



A Lagoa do Piató, localizada no município de Assu e tida como o maior reservatório natural de água doce do Rio Grande do Norte, alcançou o nível mais crítico dos últimos quinze anos.

Secou. Com sua capacidade totalmente zerada, o reservatório com cerca de 18 quilômetros de extensão tem afetado negativamente cerca de 600 famílias que usavam suas águas do lago como fonte de renda.

Em tempos passados, a população ribeirinha residente em cinco comunidades ao redor do reservatório chegavam a enviar toneladas de peixes para outros estados como Ceará e Paraíba, além de abastecer vários municípios do estado com a produção de peixe, mandioca, milho, feijão, entre outros legumes.

Hoje, o cenário é agonizante.

No passado a lagoa beneficiava toda a região do Vale do Açu. Movia a economia regional. Além da pesca, a Lagoa do Piató era utilizada como um ponto turístico.

Em tempo

A lagoa do Piató encheu no ano de 1912, vindo a secar em 1915, encheu novamente em 1924 secando em 1932 e tomando água em 1947, secando em 1950 enchendo novamente em 1955, secando no mesmo ano.

Depois de dois anos, em 1957 encheu, mais em 1958 secou. Nas décadas de 60, 70, 80 e 90

CONT.



**Boletim de Notícias** - Edição nº 3/ 2015

Brasília, 09 de janeiro de 2015.

---

do século passado continuou sofrendo altos e baixos.

Na primeira década deste milênio recebeu abundante água em 2004-2006-2008-2009, mas com as últimas secas está hoje completamente seca.

Por Tony Martins



---

**Vice-governadora destaca resgate de valores dos povos indígenas**

SÍTIO AQUIDAUANA NEWS, 09.01.2015

A vice-governadora Rose Modesto (PSDB), juntamente com o governador Reinaldo Azambuja (PSDB), esteve reunida com lideranças de todas as etnias indígenas do Estado para discutir políticas públicas voltadas para essa população.

O encontro aconteceu na tarde de ontem (8), na Governadoria.

Rose Modesto está à frente da pasta de Direitos Humanos e destacou a importância do resgate de valores dos povos indígenas assumindo responsabilidade em atender as reais necessidades dos índios de Mato Grosso do Sul.

Ainda lembrou que essa é a primeira gestão que se compromete de fato em defender os direitos dos índios ao instituir uma Subsecretaria específica.

Desde o dia 05 (segunda-feira), a vice-governadora atendeu representantes das aldeias Bananal, Água Bonita, Marçal de Souza, e demais lideranças que foram até a Sedhast (Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Assistência Social e Trabalho) discutir anseios que vão beneficiar essa população.

A secretária ainda reafirmou o comprometimento que o governo do Estado tem com os índios e propôs um diálogo constante para formulação de políticas públicas eficazes em benefício dos indígenas.

Conjuntura Online



---

**Governo federal inicia compra de sementes de agricultores familiares**

SÍTIO RÁDIO PROGRESSO DE IJUÍ, 09.01.2015

Agricultores familiares de todo o país que produzem sementes convencionais ou crioulas podem, a partir deste mês, vender sua produção para o governo federal, por meio da modalidade Aquisição de Sementes do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), responsável pela operação da nova modalidade, publicou no último dia 5 as regras e modelos de documentos necessários para as organizações que desejam fornecer ou receber sementes.

“Essa publicação marca o início, de fato, da modalidade Aquisição de Sementes”, afirma Janaína da Rosa, coordenadora de Aquisição e Distribuição de Alimentos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). A aquisição de sementes já ocorria antes, dentro de outras modalidades do programa. “Mas era uma compra sem regulamentação, organizada a partir da oferta pelos produtores e que acabava reduzindo o ganho que eles poderiam ter com a venda de alimentos para o PAA, já que tudo era contabilizado dentro de um único limite”, explica Janaína.

Com a nova modalidade, a compra e a distribuição de sementes pelo PAA passam a ter regras e limites financeiros próprios, além de orientar os processos a partir das demandas das organizações que recebem as sementes. “Essa mudança permite atender de forma mais adequada às famílias que precisam receber as sementes e também amplia o volume de recursos disponíveis para os agricultores que as produzem, sem prejudicar os limites das outras modalidades do programa”, detalha.

Funcionamento –

As sementes adquiridas pelo governo serão doadas a famílias que tenham Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP Física), com prioridade para aquelas inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, mulheres, assentados, povos indígenas, quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais.

As associações e cooperativas representantes dessas famílias de verão apresentar suas demandas a um dos órgãos definidos no Decreto de criação do PAA Sementes: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Fundação Nacional do Índio (Funai), Fundação Cultural Palmares (FCP), Instituto Chico Mendes (ICMBIO), além das Secretarias Estaduais de Agricultura ou empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural.

Esses órgãos serão responsáveis pela elaboração de um Plano de Distribuição, que será enviado à Conab e servirá de referência para a aquisição das sementes. Cabe a eles também

CONT.



receber e distribuir as sementes adquiridas.

Os processos de aquisição pela Conab poderão ser feitos diretamente com as organizações de produtores – até R\$ 500 mil – ou por meio de chamada pública – para contratos a partir de R\$ 500 mil. Cada organização poderá fornecer até R\$ 6 milhões por ano ao PAA Sementes, sendo que o limite por agricultor será de R\$ 16 mil anuais. As regras e formulários da modalidade Aquisição de Sementes estão no Manual de Operações da Conab, título 86.

**Ameaçados, Awá Guajá isolados aceitam contato no Maranhão**

SÍTIO CIMI, 09.01.2015



Três indígenas que viviam isolados na Terra Indígena (TI) Caru, a noroeste do estado do Maranhão, foram avistados por outros Awá que caçavam na cabeceira do igarapé Presídio. O grupo avisou os demais Awá na aldeia e voltou com duas dezenas de outros Awá dispostos a estabelecerem o contato.

O fato ocorreu no dia 27 de dezembro, na aldeia Awá. Os três indígenas são Amakaria (mulher), Jakarewỹj (mulher) - na foto ao lado- e Irahoa (homem), filho de Jakarewỹj. Os Awá contam que, entre as décadas de 1980 e 1990, Amakaria se recusou a permanecer com o povo após o contato feito pela Fundação Nacional do Índio (Funai), e em uma noite ela,

CONT.



acompanhada de outros indígenas, voltou para a floresta. Lá eles permaneceram até o final de 2014.

Uma equipe de missionários do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Regional Maranhão, que atua junto aos Awá, esteve nas duas aldeias no dia 7 de janeiro para saber mais informações sobre as circunstâncias do contato ocorrido. Segundo Mihaxa'a, da aldeia Tiracambu, os isolados "estavam cercados por madeireiros. Lá perto deles, ouvimos som tocando, muito barulho de motosserra, trator abrindo trilhas para puxar madeira e muitas árvores marcadas para ainda serem derrubadas. Então, dissemos: 'Vamos com a gente, senão os madeireiros vão matar vocês'. Aí, eles vieram com a gente".

Durante a conversa, Irahoa disse que uma irmã sua foi morta por indígenas Mihua (Awá "bravo" ou outros índios isolados, segundo os Awá). A área usada pelos três indígenas incluía uma área de coco babaçu, de onde provinha parte de sua alimentação. O grupo possuía um acervo considerável de flechas. O grupo também caçava muitos tucanos, pois estavam adornados com braceletes e tiaras, feitos de penas de tucano, também usados pelos demais Awá.

Amakaria, a mulher Awá que maneja flechas

Mihaxa'a nos mostrou o conjunto de flechas que pertencia à Amakaria. As flechas eram feitas com tabocas e varas, sendo as de taboca bem compridas e finas. As penas que as davam sustentação eram de gavião, mutum, caracará e tucano. Esta constatação somada à informação da recusa de Amakaria em aceitar o contato anterior evidenciam uma mulher aguerrida que acreditou na autonomia e na alteridade do grupo que ela, acreditamos, liderava.

Em 2004, uma mulher e seu filho também foram trazidos para a aldeia Awá nas mesmas circunstâncias e deram notícias do grupo de Amakaria. Suas flechas foram subtraídas por Mihaxa'a sob a justificativa de que Amakaria não deve voltar mais para a floresta para a sua própria proteção, considerando o avanço dos madeireiros. Aparentemente, os três estão bem. Irahoa foi levado de carro pela Funai para a aldeia Tiracambu, onde já foi tomado como esposo de uma índia dessa aldeia. As duas mulheres estão na aldeia Awá, onde - em uma casa feita pra elas - recebem as visitas e os alimentos dos Awá. Cercadas pelos seus periquitos de estimação, Amakaria e Jakarewỹj permanecem ali, solícitas a estes primeiros momentos de aproximação. Talvez, refletindo que com sua autonomia cerceada, resta ainda a alteridade como um horizonte nesse presente que se inicia.

Em 2004, uma mulher e seu filho também foram trazidos para a aldeia Awá nas mesmas circunstâncias e deram notícias do grupo de Amakaria. Suas flechas foram subtraídas por Mihaxa'a sob a justificativa de que Amakaria não deve voltar mais para a floresta para a sua própria proteção, considerando o avanço dos madeireiros. Aparentemente, os três estão bem. Irahoa foi levado de carro pela Funai para a aldeia Tiracambu, onde já foi tomado como esposo de uma índia dessa aldeia. As duas mulheres estão na aldeia Awá, onde - em uma casa feita pra elas - recebem as visitas e os alimentos dos Awá. Cercadas pelos seus periquitos de

CONT.



estimação, Amakaria e Jakarewỹj permanecem ali, solícitas a estes primeiros momentos de aproximação. Talvez, refletindo que com sua autonomia cerceada, resta ainda a alteridade como um horizonte nesse presente que se inicia.

#### Precaução necessária x descuido

A equipe do Cimi, ao chegar na aldeia Tiracambu, foi advertida pelo técnico de saúde a usar luvas e máscaras e a evitar uma aproximação com Irahoa, sob o risco de disseminar doenças. Também na aldeia Awá, duas funcionárias da Funai manifestaram a mesma advertência. A equipe do Cimi, com suas carteiras de vacinação em dia, acatou a orientação do técnico e das funcionárias durante as poucas horas que permaneceu nas aldeias. Contudo, no momento da chegada da equipe na aldeia Tiracambu também chegaram seis pessoas, não indígenas, do povoado de Roça Grande, que iam para o trabalho de plantio nas roças juntamente com os Awá na aldeia. Durante as horas em que esteve na aldeia, a equipe não viu estas pessoas usarem máscaras e luvas protetoras enquanto circulavam pela aldeia e mantinham contato com os demais Awá.

Nas aldeias Awá e Tiracambu, uma empresa terceirizada da Vale constrói dois postos de saúde como medida mitigadora dos impactos causados pelos trens desta empresa que, ao transportar diariamente toneladas de minério, cruzam o território que já pertenceu a esse povo indígena. Estas ferrovias ficam a menos de 1 km das duas aldeias Awá. Cada obra emprega entre 15 e 20 homens. Por isso, por prudência, o Cimi entende que essas obras deveriam ser interrompidas por pelos menos 40 dias dada a presença dos indígenas recém contatados nas aldeias.

A atitude destes Awá Guajá isolados da TI Caru de aceitarem o contanto com os demais Awá ocorre justamente em um momento em que cresce a exploração e a degradação ambiental das terras indígenas no Maranhão, sobretudo da TI Caru e da TI Araribóia. No caso da TI Araribóia, outro grupo de Awá isolados está seriamente ameaçado pela invasão madeireira.



**DISCURSO ANTIINDÍGENA DA MINISTRA KÁTIA ABREU, SERÁ A MARCA DA POLÍTICA INDIGENISTA DO SEGUNDO MANDATO DA PRESIDENTE DILMA?**

SÍTIO CEDEFES, 09.01.2015

*DISCURSO ANTIINDÍGENA DA MINISTRA KÁTIA ABREU, SERÁ A MARCA DA POLÍTICA INDIGENISTA DO SEGUNDO MANDATO DA PRESIDENTE DILMA?*

A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB manifesta publicamente a sua preocupação e repúdio às declarações dadas ao jornal Folha de S. Paulo, no último dia 5 do presente, pela senhora Kátia Abreu, latifundiária, presidente licenciada da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e ministra de Agricultura do governo Dilma. É inadmissível, o preconceito e a discriminação explicitados por esta representante do poder econômico agroexportador, inclusive contra outras organizações e movimentos sociais, que não esconde seus propósitos de restringir ou suprimir os direitos indígenas em favor do império do setor que ela representa sobre as terras e territórios indígenas.

O discurso neocolonizador, autoritário e etnocêntrico da senhora Kátia Abreu que tenta justificar a inversão de direitos, a invasão, espoliação e esbulho das terras indígenas, dizendo que foram os índios que “saíram da floresta e passaram a descer nas áreas de produção”, preocupa, não só por explicitar a sua posição em favor da Proposta de Emenda à Constituição (PEC 215) que visa o fim da demarcação das terras indígenas, mas porque disse ter recebido da presidente Dilma a missão de “revolucionar”, na sua área, questões relacionadas com “logística, PAC 2, PAC 3”, entre outras questões.

O contexto do discurso parece mostrar a continuação da lógica que predominou no primeiro mandato do Governo Dilma, quando houve a determinação política de paralisar a demarcação das terras indígenas, de tentar impor mudanças nos procedimentos de demarcação dessas terras, de instalar mesas de diálogo em áreas de conflito que em condições desiguais serviram apenas para empoderar os invasores e acirrar a criminalização, a prisão arbitrária e assassinato de lideranças indígenas.

Diante desses precedentes e do aparente poder arguido pela ministra da Agricultura, a APIB quer saber se a visão defendida por esta senhora será mesmo o norte e a marca do governo Dilma com relação aos direitos indígenas durante esses próximos quatro anos do “futuro do Brasil”, em favor do latifúndio e do agronegócio. Ou a presidente da República vai mesmo fazer acontecer o que apregoou no seu discurso de posse, quando disse defender direitos 2 conquistados: “Nenhum direito a menos, nenhum passo atrás, só mais direitos e só o caminho à frente. Esse é meu compromisso sagrado perante vocês. Esse é o juramento que faço nessa praça”.

Na perspectiva de “uma nova etapa nesse processo histórico de mudanças sociais”, a inserção

CONT.



**Boletim de Notícias** - Edição nº 3/ 2015

Brasília, 09 de janeiro de 2015.

soberana do Brasil na política internacional não pode estar marcada, entre outros valores, pela defesa da democracia e defesa dos Direitos Humanos, enquanto internamente se permita a perpetuação de políticas e práticas etnocidas e genocidas que há mais de 514 anos vitimam os povos indígenas.

Brasília – DF, 07 de janeiro de 2015.

Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB

Mobilização Nacional Indígena

Fonte: ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL



### **Aulas da Educação Indígena da Unemat começam na segunda-feira (12)**

SÍTIO O NORTÃO JORNAL, 09.01.2015

*Durante o encontro a reitora, professora Ana Maria Di Renzo, lembrou que a Instituição deixou de receber do governo R\$ 2,4 milhões que deveriam ter sido repassados no mês de Dezembro.*

A direção da Universidade do Estado de Mato Grosso se reuniu nesta semana (07/01) com o secretário-chefe da Casa Civil, Paulo Taques, para apresentar a situação da Unemat e se colocar a disposição para contribuir com o desenvolvimento de Mato Grosso.

Durante o encontro a reitora, professora Ana Maria Di Renzo, lembrou que a Instituição deixou de receber do governo R\$ 2,4 milhões que deveriam ter sido repassados no mês de Dezembro, e que se não forem repassados, pode comprometer o funcionamento básico da universidade. Segundo ela, o encontro serviu para apresentar os números e pedir empenho do governo em liberar os recursos constitucionais que a Unemat tem direito e desta forma garantir o pleno funcionamento das unidades e atividades pedagógicas.

“Mesmo sem os recursos a que temos direito estamos trabalhando e vamos assegurar que nossos alunos indígenas sejam atendidos com a melhor qualidade possível. A nossa reunião com o novo governo foi preventiva, e recebemos a garantia de que a Unemat será respeitada e as ações serão encaminhadas com celeridade”, afirmou a reitora Ana Maria Di Renzo. Com isso, as aulas dos 100 acadêmicos indígenas terão início na próxima segunda-feira (12) no campus de Barra do Bugres.

No campus de Barra do Bugres está tudo preparado para as aulas dos acadêmicos dos quatro cursos de licenciatura: Pedagogia Intercultural; Ciências Sociais; Línguas, Artes e Literatura; e Ciências da Matemática e da Natureza. Na Escola Agrícola, onde os alunos ficam hospedados e fazem as refeições os trabalhos de limpeza e as equipes de alimentação e manutenção também estão trabalhando para receber os acadêmicos.

As aulas da Educação Indígena ocorrem em momentos concentrados, no período de 10 de janeiro a 07 de fevereiro e também no mês de julho. Nos demais períodos os alunos realizam atividades pedagógicas com a supervisão dos professores da Unemat nas próprias aldeias onde atuam como professores.

Durante o encontro, a reitora lembrou que a Unemat possui mais de 22 mil alunos, e que o custo anual para cada aluno fica em torno de R\$ 10 mil, valor muito abaixo da média das outras universidades estaduais onde cada aluno custa em torno de R\$ 17 mil por ano. “Queremos mostrar a Mato Grosso o tesouro que é a Unemat. Nossa gestão também começa

CONT.



agora e estamos trabalhando com metas de planejamento e de divulgação das nossas ações”, disse Ana Di Renzo.

A reitora disse ainda que o secretário da Casa Civil assegurou que o Estado vai determinar um interlocutor para tratar e atender as demandas da universidade, garantindo um espaço de diálogo com o governo.

Além da reitora e do secretário da Casa Civil, também participaram do encontro o vice-reitor Ariel Lopes Torres, os pró-reitores de Administração, de Extensão e Cultura, Gestão Financeira, Planejamento e Tecnologia da Informação, Pesquisa e Pós-graduação e de Assuntos Estudantis, respectivamente: Valter Danzer, Alexandre Gonçalves Porto, Ezequiel Nunes Pacheco, Francisco Lledo, Rodrigo Bruno Zanin e Anderson Marques do Amaral.

Autor: Lygia Lima

Fonte: O Nortão



### **Acordo sobre Tapajós está próximo, diz Eletrobrás**

SÍTIO DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 09.01.2015

A Eletrobrás e o Ministério de Minas e Energia têm apelado ao Ibama e à Fundação Nacional do Índio (Funai) pela liberação da licença ambiental da Hidrelétrica de São Luiz do Tapajós. O objetivo é tornar viável o leilão da usina ainda no primeiro semestre deste ano.

Em entrevista ao jornal "O Estado de S. Paulo", o presidente da Eletrobrás, José da Costa Carvalho, disse que a estatal está próxima de chegar a acordos que viabilizem a oferta da hidrelétrica, prevista para ser erguida no Rio Tapajós, próxima ao município de Itaituba, no Pará. Trata-se do maior projeto do setor elétrico para os próximos dez anos, que deve receber investimentos superiores a R\$ 30 bilhões.

"Temos procurado entendimento com todas as autoridades ambientais, de tal maneira que a gente viabilize esse empreendimento o mais rápido possível e, ainda no primeiro semestre deste ano, seja possível sair o leilão", disse. A busca de fôlego financeiro para disputar o leilão de São Luiz passa pela necessidade de deixar outros empreendimentos de lado, como o leilão de linhas de transmissão de energia, que ocorre nesta sexta-feira (9).

#### **Licença**

O leilão de São Luiz do Tapajós depende ainda da emissão da licença prévia ambiental, documento não concedido pelo Ibama até agora. A dificuldade do projeto diz respeito ao impacto a terras indígenas. A Funai, após analisar os estudos de impacto da Eletrobrás e de um grupo de empresas, concluiu que o empreendimento afeta diretamente terras indígenas em processo de demarcação, entre outras aldeias.

Por conta disso, os analistas da Funai decidiram pela inviabilidade da hidrelétrica. A opinião dos analistas foi recentemente reforçada pela Procuradoria Federal da Funai, que apresentou a "existência de óbices legais e constitucionais no processo de licenciamento".

O governo já chegou a marcar o leilão de São Luiz para dezembro de 2014, mas voltou atrás e cancelou a concorrência por conta dos impasses indígenas. Em setembro, a então presidente da Funai Maria Augusta Assirati, deixou o cargo. Dias antes, teve uma reunião com índios da região do Tapajós, na qual admitiu que o processo de homologação de terras na região não caminhava por causa do interesse do governo em licenciar a usina.

A reportagem tentou ouvir o presidente interino da Funai, Flávio Chiarelli, que não concedeu entrevista. Antes de assumir a gestão da fundação, Chiarelli era o procurador-chefe da Funai e assinou o parecer contrário à construção da usina.

**Livro Solidário vai chegar a comunidades quilombolas**

SÍTIO AGÊNCIA PARÁ, 09.01.2015



Os Espaços de Leitura criados com o apoio do projeto Livro Solidário este ano deverão chegar a comunidades quilombolas da RMB

O projeto voluntário Livro Solidário, de incentivo à leitura, retoma as atividades de arrecadação de livros, revistas e gibis para formar acervos dos Espaços de Leitura, que este ano deverão chegar a comunidades quilombolas da Região Metropolitana de Belém. Coordenado pela Imprensa Oficial do Estado (IOE) e vinculado ao Núcleo de Articulação e Cidadania do Governo do Estado, o projeto pretende implantar Espaço de Leitura também no Conjunto Panorama XXI e no bairro da Terra Firme.

A primeira comunidade quilombola visitada pelo projeto foi a do Abacatal, em Ananindeua. Os alunos da Escola Municipal de Ensino Fundamental Manoel Gregório Rosa Filho, que funciona no quilombo, receberam kits educativos com gibis e livros para colorir durante evento em comemoração ao Dia da Consciência Negra, em novembro do ano passado.

CONT.



“Fizemos uma visita à comunidade nessa data e a receptividade dos professores e alunos foi muito grande. O interesse deles em ter um Espaço de Leitura na biblioteca da escola nos fez expandir as ações do Livro Solidário”, contou a coordenadora do projeto, Carmen Palheta, acrescentando que outra comunidade quilombola já mostrou interesse em receber as ações do projeto.

Sustentabilidade – Apesar de não estimular doação de livros didáticos, o projeto tem recebido, ainda, muitas doações do gênero e outras que não se encaixam no perfil dos Espaços de Leitura. Para que não se transformem em lixo, as obras são doadas para associações e cooperativas de catadores de papel apoiadas pela Prefeitura de Belém para serem recicladas. “Essa é uma maneira de contribuir com a sustentabilidade do nosso meio ambiente. Dessa forma nada do que é doado se perde”, justificou Carmen Palheta.

Serviço: Quem estiver interessado em fazer doações deve entrar em contato pelos telefones (91) 4009-7800 e 4009-7847 ou procurar a sede da Imprensa Oficial, localizada na Travessa do Chaco, nº 2271, bairro do Marco, em Belém.

Ronaldo Quadros  
Imprensa Oficial do Estado



## **O desenvolvimentismo contra as minorias**

SÍTIO JORNAL DIA DIA, 09.01.2015

Valdenor Júnior

No dia 18, a PEC (Proposta de Emenda Constitucional) 215, que pretendia mudar o regime de demarcação de terras indígenas que as tornaria dependentes de aprovação dos políticos no Congresso Nacional, foi arquivado na Câmara dos Deputados.

Infelizmente, isso não significa que a posse indígena esteja protegida do governo no Brasil. Basta ver como o governo federal tem tratado a resistência do povo indígena mundurucu, no estado do Pará, à construção da hidrelétrica São Luiz do Tapajós, no rio Tapajós, que provocará um alagamento de mais 700 mil km<sup>2</sup> nas terras onde vivem e que é a primeira usina de um total de cinco.

Apesar da previsão constitucional de que o governo brasileiro deve reconhecer a posse dos povos indígenas de suas terras e recursos naturais, essa comunidade nunca teve suas terras demarcadas e, agora, corre o risco de perdê-las em nome do "interesse nacional". Assim, os índios mundurucu da comunidade indígena afetada Sawré Muybu foram forçados à ação direta e autodemarcaram suas terras.

Paralelamente, já foi determinado na justiça que a não-demarcação das terras dessa comunidade é ilegal e que a Fundação Nacional do Índio deve completá-lo. Um documentário produzido por Nayana Fernandez conta a história de resistência dos mundurucus.

A crônica desses indígenas é uma história constante de inúmeras etnias minoritárias ao redor do globo: projetos de desenvolvimento dos governos centrais repetidamente expulsam comunidades das terras que habitavam tradicionalmente, sem consulta nem compensação satisfatórias.

Como se pode aceitar que comunidades inteiras sejam deslocadas das terras de seus ancestrais, muitas delas tidas como sagradas, e de todo um modo de vida, por uma decisão de uma suposta autoridade que afirma que isso vai ser bom para o "desenvolvimento nacional"? Como pode ser justo um sistema onde direitos são permanentemente negados (ou lentamente reconhecidos) às minorias enquanto há muita eficiência para planejar empreendimentos do interesse de políticos e grandes corporações?

Não é de hoje que o desenvolvimentismo brasileiro pretende alcançar o progresso e o desenvolvimento, conforme definidos pelos políticos e burocratas em Brasília às custas dos direitos de minorias à posse de suas terras e recursos naturais. Uma região brasileira convenientemente suscetível para os desmandos desenvolvimentistas é a Amazônia, dado o

CONT.



potencial energético de seus rios, para a construção de hidrelétricas para fornecer energia subsidiada para o complexo industrial do Sul e do Sudeste.

Por trás do discurso do desenvolvimento nacional, temos o favorecimento de algumas regiões do país em detrimento das outras e de algumas partes da sociedade em detrimento de outras, conforme a estratégia formulada centralmente pelo governo federal.

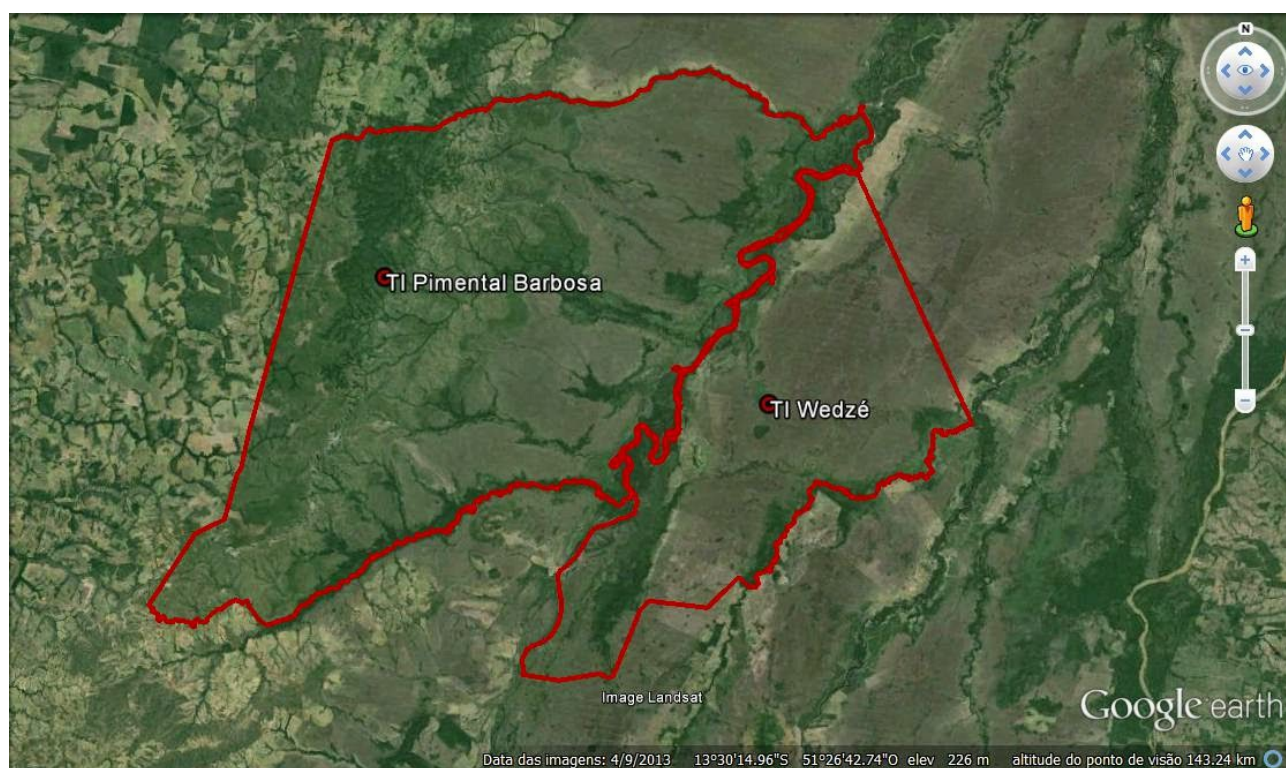
A abstração da nação é uma retórica que camufla o tratamento desigual às diferentes regiões, o que é mais fácil de ocultar no caso amazônico, com sua baixa densidade demográfica e menor população comparativamente às outras regiões, o que significa menor peso político em uma democracia majoritária. A Amazônia está para o Brasil como a Sibéria está para a Rússia, eternamente subordinada e distante do desenvolvimento “brasileiro”.

A liberdade das minorias — e de toda população amazônica — jamais estará segura enquanto esse tipo de ideologia desenvolvimentista continuar a dar as cartas em Brasília.

Valdenor Júnior é advogado e escritor do Centro por uma Sociedade Sem Estado (c4ss.org)

Por: Valdenor Júnior

**Mais uma decisão da justiça que pode acabar com a farra das demarcações da Funai:  
Estado de Mato Grosso é obrigado a pagar por área demarcada**  
SÍTIO QUESTÃO INDÍGENA, 09.01.2015



No último mês de novembro o Estado de Mato Grosso foi condenado a indenizar em R\$ 44,2 milhões os oito herdeiros do empresário e produtor rural Elias Daud Ayoub, já falecido. Ayoub comprou do Estado, em 1960, uma área de terra de 9.996 hectares, localizada no município de Barra do Garças. Mas o título da terra foi anulado 40 anos depois em decorrência da demarcação pela Funai da Terra Indígena Pimentel Barbosa.

Os herdeiros de Elias Ayoub, que perderam a propriedade e a posse da terra para a União sem direito a indenização, e processaram o Estado de Mato Grosso para reaver em dinheiro e os danos materiais que tiveram com a perda do imóvel.

De acordo com os herdeiros do imóvel expropriado, os documentos relativos à transação da

CONT.



compra das terras revelavam que o imóvel “encontrava-se livre e desembaraçado” e que o Estado não poderia ter “vendido terra alheia”.

A decisão que os beneficia é da desembargadora Maria Erotides Kneip Baranjak e da juíza convocada Vandymara Zanolo, da 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Mato Grosso. “Se o Estado não agiu com dolo ao proceder a venda de terra alheia, ao menos, foi negligente e imperito por não ter adotado a devida cautela”, assentou a desembargadora na decisão..

Além da indenização por danos materiais, o Estado foi condenado a pagar juros de mora de 6% ao ano, desde 2000, e correção monetária, desde 1998. O montante pode chegar a R\$ 101 milhões.

A Terra Indígena Pimentel Barbosa foi ampliada recentemente com a demarcação ainda inconclusa da Terra Indígena Wedezé.

**Agricultores ameaçados pela Funai são perseguidos pelo Ibama no Mato Grosso**  
SÍTIO QUESTÃO INDÍGENA, 09.01.2015



Ampliação da TI Manoki inclui imóveis certificados e parte de um assentamento da reforma agrária

No apagar das luzes de 2014, a Funai executou ação conjunta com o Ibama, Força Nacional de Segurança Pública e com o Batalhão da Polícia Ambiental contra produtores rurais cujas áreas estão sendo demarcadas como indígenas pela Fundação. Antes mesmo da conclusão do processo ilegal de ampliação da Terra Indígena Manoki, no município de Brasnorte, o Ibama embargou um total de 61,5 mil hectares de área agrícola e aplicou quase dois milhões em multas.

Segundo o superintendente do Ibama em Mato Grosso, Marcus Keynes, "O Ibama continuará agindo com rigor na proteção das terras da União, dificultando as ações dos invasores", diz Keynes se referindo aos produtores rurais.

A área na qual o Ibama multou os agricultores por estarem em Terra Indígena ainda está em processo de demarcação. Em outubro do ano passado, pouco antes da ação do Ibama, O Tribunal Regional Federal da 1ª Região suspendeu o processo de demarcação por considerar temerária a determinação de conclusão do processo administrativo, inclusive com a publicação do decreto presidencial de homologação da terra indígena, uma vez que a Funai está impedida, por várias decisões judiciais, de dar prosseguimento ao processo.

Uma das condições estabelecidas pelo Supremo Tribunal Federal para os processos de demarcação durante o julgamento do caso Raposa Serra do Sol veda a ampliação de terras indígenas já demarcadas. Mesmo assim os agricultores continuam sendo perseguidos por outros órgãos.

**Ribeirinhos têm se destacado na produção agrícola em Uruçuí**

SÍTIO PORTAL AZ, 09.01.2015

Da Redação do Portal AZ\*



O distrito de Tucuns e outras comunidades ribeirinhas do município de Uruçuí, no Sudeste do estado, vêm se destacando a cada ano na produção de produtos agrícolas, tais como: cebola, abóbora, milho verde, feijão, macaxeira, melancia e produtos olerícolas.

As comunidades chegaram a produzir e comercializar 12 toneladas de cebola e 50 toneladas de tucum. Outros produtos como a abóbora, o milho e o feijão estão em fase de colheita. Os ribeirinhos têm recebido o apoio da Prefeitura, por meio da Secretaria Municipal de Agricultura, na assistência técnica desde o plantio até a comercialização.

Fazem parte da equipe o Secretários João Caçula, os Agrônomos Mscs Sérgio Augusto e Rossiana Lino, os técnicos Braúlio Gomes, Otávio Feitosa, Phleydson Guimarães e Assis Leão.

\*Com informações Ascom

**Senado discute seguro-cheia para agricultores que enfrentam inundações no AM**  
SÍTIO EM TEMPO, 09.01.2015



A autora explica que esse seguro-cheia é o substituto do seguro-desemprego quando a paralisação da atividade profissional decorrer das inundações dos rios – foto: Agência Senado.

De autoria da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), projeto destinado a instituir o seguro-cheia aguarda deliberação no Senado. O projeto destina-se ainda a contar o período das cheias de rios que prejudicam a agricultura familiar como tempo de contribuição previdenciária e regulamentar aposentadoria especial para esse agricultor.

O projeto, PLS 303/2014, altera a lei do Seguro-Desemprego (7.998/1990) para estabelecer que, no período das inundações dos rios, os agricultores e trabalhadores em atividades afins, que atendam aos requisitos da lei da agricultura familiar (11.326/2006), fazem jus ao seguro-cheia.

CONT.



A autora explica que esse seguro-cheia é o substituto do seguro-desemprego quando a paralisação da atividade profissional decorrer das inundações dos rios, fato que deve ser reconhecido pelo Serviço Geológico do Brasil. Da mesma forma, o texto define o pagamento desse seguro no valor do piso salarial da categoria, do piso regional ou do salário-mínimo, garantido o maior valor.

Outra alteração atinge a lei 8.213/1991 (Lei Previdenciária), determinando que o período das cheias dos rios, constatado pelo Serviço Geológico do Brasil e que prejudique a atividade agrícola, será considerado tempo efetivo de contribuição para efeito de concessão de benefícios previdenciários.

A iniciativa determina ainda que, mediante requerimento do segurado agricultor familiar, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) averbará como tempo de contribuição o período das cheias que prejudique a atividade agrícola. De acordo com o texto, a concessão de aposentadoria especial para esse segurado considerará como preponderante a ação dos agentes naturais causadores da cheia.

Ao justificar o projeto, Grazziotin afirma que as primeiras ocupações da região Norte promoveram-se em áreas próximas a rios, com o cultivo de gêneros de subsistência. Ela observa que até hoje ali existem comunidades ribeirinhas que utilizam a água para sua inclusão produtiva, considerando o ritmo de cheias e vazantes dos rios.

Mas ela argumenta que a dificuldade de previsão das cheias prejudica o planejamento dessas populações e mesmo do Poder Público para a viabilização de alternativas de inclusão produtiva nessas localidades.

“Constata-se que as cheias dos rios representam desafio ao cotidiano de agricultores, seja por lhes inviabilizar momentaneamente a geração de renda, seja por aumentar a insalubridade da região em que habitam, na qual inexistente rede de esgoto adequada”.

De acordo com a senadora, o projeto visa disciplinar situação excepcional, a fim de garantir estabilidade de renda a agricultores afetados pelas cheias e ao mesmo tempo lhes assegurar contagem do período de contribuição à Previdência Social durante a ocorrência dessas inundações.

O projeto será inicialmente examinado pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). Depois, em decisão terminativa, será analisado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Por Agência Senado.